

O futuro do passado: preservação do patrimônio histórico-cultural

Norton Frehse Nicolazzi Jr.¹

Um babalaô me contou:

“Antigamente, os orixás eram homens.

Homens que se tornaram orixás por causa de seus poderes.

Homens que se tornaram orixás por causa de sua sabedoria.

Eles eram respeitados por causa de sua força.

Eles eram venerados por causa de suas virtudes.

Nós adoramos sua memória e os altos feitos que realizaram.

Foi assim que estes homens se tornaram orixás.

Os homens eram numerosos sobre a terra.

Antigamente, como hoje,

muitos deles não eram valentes nem sábios.

A memória destes não se perpetuou.

Eles foram completamente esquecidos.

Não se tornaram orixás.

Em cada vila um culto se estabeleceu

sobre a lembrança de um ancestral de prestígio

e lendas formam transmitidas de geração em geração

para render-lhes homenagem.”

Lendas Africanas dos Orixás

Atualmente, ainda, quando se fala em patrimônio histórico-cultural, a primeira imagem que nos vem à mente é a de grandes edifícios, na maioria de uso público, que permanecem como grandes estátuas, dado o seu elevado grau de imobilidade. Explicando, o patrimônio tombado aparece cristalizado, congelado, distante demais de uma dinâmica histórica.

Contudo, temos muitos que, com bandeiras em punho, defendem um conceito de patrimônio histórico mais amplo, que não se reduz apenas às edificações e manchas urbanas. Entretanto, a maior parte dos profissionais, órgãos e entidades ligados à preservação acaba, na prática, por reiterar esta restrição.

Dessa forma, a impressão que o patrimônio transmite não condiz com sua verdadeira importância, que é a da preservação da memória, afinal, entendemos a memória como dimensão fundamental da cidadania. E, no que toca ao patrimônio, seja ele edificado urbano ou qualquer outro, a sistemática rejeição para as questões de preservação é a própria negação da fórmula expressa por Cássia Magaldi, de que PRESERVAÇÃO = IDENTIDADE CULTURAL + QUALIDADE DE VIDA.

¹ Mestrado - História/UFPR.

E mais, a maioria das ações de preservação de que temos conhecimento, podem, grosso modo, ser consideradas rígidas, elitistas, burocráticas e estáticas. É aí que reside, a nosso ver, o maior problema: as ações de preservação são elitistas pela própria prática de seleção dos bens a serem preservados. Pois, que grupos sociais e que critérios determinam o que deve ser preservado? E com que direito o fazem?

A problemática acima levantada já tem um passado de interessantes discussões. Se nos reportarmos à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, veremos que, apesar da validade da iniciativa, ela se mostrou um instrumento cristizador dos elementos do nacionalismo autoritário meio disfarçado com as intenções modernistas. Isso na tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição da identidade nacional. A busca pela identidade nacional, colocada em prática pelo então SPHAN, pode muito bem ser considerada rígida, elitista e burocrática. Não temos a finalidade de avaliar a atuação do SPHAN, mas é clara e evidente que a política cultural adotada por esse órgão oficial apagou marcas importantes do passado coletivo, pois, significativamente, a predominância do patrimônio edificado é avassaladora; além daquela preocupação em consagrar um patrimônio que acentuava apenas as presenças do Estado, das instituições estabelecidas e classes sociais dirigentes.

O resultado da atuação do SPHAN, sem querer desmerecê-la em nada (o SPHAN conseguiu identificar, restaurar e conservar bens de inegável valor histórico e artístico), foi o de afastar a possibilidade de fruição dos bens selecionados de grande parcela da população. Na medida em que consagrou o poder constituído, a “massa” ficou desprovida de memória coletiva que lhe permitisse a consciência histórica – pelo efeito desagregador da impossibilidade de acumular suas realizações como cultura. Assim, a maioria da população continuou sem se reconhecer nestes símbolos (símbolos do poder constituído). Com isso, foi expropriada também de sua memória e da sua história. Foi em busca de uma identidade forjada e de uma necessidade de reconhecimento que se criou uma história oficial, evidência máxima dos esforços de preservação de um “símbolo unitário”. Enquanto isso, o que poderia resgatar a memória e a história da população foi sendo continuamente destruído.

Aqui cabe espaço para uma outra discussão, que mais ampla e complexa, será apenas referenciada. O problema do “outro”, ou dos “outros”, comumente resgatados como “excluídos”, “vencidos”, que, considerados incapazes, acabam perdendo o direito de escolha. Esse direito é apropriado por pessoas que se acham “autorizadas”. Quem é autorizado a falar sobre o patrimônio histórico? Há vozes bastante conhecidas: historiadores, arquitetos, arqueólogos, geógrafos, sociólogos, antropólogos, juristas... Falas geralmente respaldadas por um saber que se pretende “científico” e por um lugar de onde

se está “autorizado” a emitir julgamentos. Isto é, um grupo específico, academicamente formado e enormemente isolado do restante da população, é quem tenta preservar. Novamente a mesma questão: que grupos sociais e que critérios determinam o que deve ser preservado? E com que direito?

Com a finalidade de apresentar uma imagem abstrata de sociedade harmônica, de apresentar uma única versão do passado, as tradições populares, a cultura popular, são subjugadas a outras tantas tradições, muitas vezes inventadas. Isso é comum, é visível, evidente, triste e deplorável. Muitos dos sujeitos da história ficam excluídos, eles não mais se identificam com os símbolos criados com finalidade de preservação da memória, afinal, a história que contam não é a deles. O efeito dessa perda de memória é a contínua quebra dos laços de cidadania, e como já foi dito, a conseqüente perda da qualidade de vida. A folclorização da cultura popular constitui a marca mais visível deste processo de desqualificação da experiência e do saber dos dominados. E políticas de exclusão, como as que deixam de lado o “outro”, culminam com a perda da tradição e o desenraizamento cultural: o *a priori* do totalitarismo. Para reverter essa situação é necessário reconhecer no “outro” a condição de sujeito e produtor de conhecimento.

Assim, Marilena Chauí afirma que “o Estado não pode colocar-se como centro onde se define e se irradia a memória pois, ao fazê-lo, destrói a dinâmica e a diferenciação interna da memória social e política; não pode ser produtor da memória e nem o definidor do que pode e deve ser preservado”. Polêmica que não é tão atual, pois Guizot já alertava, na década de 30 do século XIX, que dali em diante, caberia à sociedade civil e não ao Estado selecionar o que deve ser conservado. Todavia, isso se caracteriza como uma excepcionalidade francesa, já que foi na França que ocorreu a emergência precoce e poderosa da vontade de conservação sistemática dos vestígios do passado (o que é inseparável da Revolução Francesa, já que se traduz por uma ruptura radical com o que constituía até então o passado nacional).

Pois bem, já sabemos que a escolha e decisão do que deve e do que pode ser preservado tem que partir de um grupo heterogêneo, na tentativa de se esgotar todas as questões acerca do objeto. É esse, sem dúvida, o grande problema. O destino de seleção/decisão do que preservar e os instrumentos de ação formam a utensilagem da prática preservacionista. Para Raquel Rolnik, o problema reside no que foi dito como destino de seleção/decisão, já que para ela os mecanismos e instrumentos de ação são perfeitos. “O instrumento é perfeito, o problema é qual é o fórum de decisão, (...) a discussão é muito mais quem define o tombamento, que entidade, que órgão, que pedaço é que é capaz de fazer isso, quem seleciona as intervenções urbanas a partir do tombamento, quer dizer, uma vez que uma área é tombada ela está, evidentemente que ela não está congelada, mas toda a sua transformação passa por um filtro, um filtro

tem poder de veto, de dizer sim ou não para essa intervenção, e não só sim ou não, mas fazer outro tipo de proposta que não é simplesmente aceitar ou negar". Esse filtro deve ser, então, democrático, vir de uma gestão democrática. Para mostrar que, mesmo sendo o veio que recebe mais atenção, o patrimônio urbano edificado permanece ao deus-dará, perguntamos: *Como andam as práticas e as condições de preservação em uma cidade grande, como Curitiba, por exemplo?*

O espaço urbano super valorizado, tal como se apresenta atualmente (e de longa data), é um dos grandes inviabilizadores de ações de preservação. O grande impulso modernizador pelo qual experimentou as cidades nesse último século no Brasil, trouxe consigo a construção em massa, a extensão suburbana e a demolição dos ambientes históricos, "uma epidemia capaz de apagar de nossa memória qualquer estilo arquitetônico e qualquer ambiente cultural (Nelson Herrera Ysla)".

Ou seja, para comportar seu magnífico crescimento, essas cidades passaram por processos descaracterizadores, devido tanto ao progressivo deslocamento de funções urbanas como pelas desculpas de renovação do espaço urbano. Raquel Rolnik acredita que o processo de destruição dos vestígios da memória é parte do processo de mercantilização do espaço urbano. Isso vem somado ao que Carlos Lemos considera como falta de respeito das gerações anteriores, que também pode ser lido (um pouco ingenuamente, é claro) como desconhecimento. A essa falta de respeito, Carlos Lemos ainda aponta mais algumas causas para o caso da cidade de São Paulo, mas que podem muito bem ilustrar o caso de Curitiba: as sucessivas alterações nos códigos de obras (tudo votado pelos vereadores); a ausência de especialistas de preservação nas comissões encarregadas de elaborar os planos diretores; e, a displicência do governo na vez de preservar: "ele finge que preserva mas não, porque preservar, politicamente falando, não dá certo".

Mas não devemos nos ater única e simplesmente na questão da preservação, já que, como disse Ulpiano Bezerra de Menezes, a cidade é por excelência um campo de forças. A constante renovação urbana; a especulação imobiliária acirrada; os jogos de interesse político; enfim, esses e outros aspectos são definidores das políticas de preservação do patrimônio, que, justamente por estarem condicionadas a essas múltiplas forças, são mais constantemente lembradas pelas marcas da improvisação e da empiria, ou da manipulação e do uso político da cultura.

O sonho de uma cidade moderna, ou melhor, antes de ser moderna, o sonho de se ser uma cidade ordenada, organizada, regida pela ordem, foi o que orientou os rumos das grandes cidades do mundo nesses últimos séculos. Dessa forma, o sonho da ordem é a orientação da cidade: desde as suas origens, constitui uma abstração humana que se contrapõe à desordem da "desenfreada

variedade da natureza” (Hannah Arendt). E, na segunda metade do século passado e durante as primeiras décadas do atual, esse desejo da ordem alcançou seu apogeu, se pensarmos nas intervenções de Hausmann em Paris e no caso nacional da cidade do Rio de Janeiro, onde grandes concentrações urbanas foram eliminadas (destruídas mesmo) para darem lugar à ordem que parece ser um tanto necessária para as cidades.

Em Curitiba, que ainda na metade desse século era uma minúscula cidade, com aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes, também se fazia necessária a busca da ordem. Tivemos a implantação (incompleta) de um plano diretor na metade do século (projetado pelo francês Alfred Agache, e que previa uma conformação radial para a cidade); depois, já na década de 60, foi colocado em prática um novo plano diretor (tendo como principal objetivo a mudança da conformação radial de crescimento para um modelo linear de expansão urbana). Esse plano diretor, aprovado em 1966, foi implantado observando detalhes importantes para o crescimento e ordenamento da cidade: o descongestionamento da área central, a preservação do centro tradicional, o equipamento de toda a cidade e a necessidade de se propiciar suporte econômico para o desenvolvimento do município. No decorrer da implantação do plano diretor, foi destruída significativa malha urbana da região central, e daí, pelo o que se sabe, é que surgiu a gênese da preservação do patrimônio edificado de Curitiba.

Temos como o primeiro trabalho sistemático visando a preservação do patrimônio edificado, com significativo valor histórico e cultural, o levantamento realizado pelo IPARDES e COMEC, datado de 1977. Vale lembrar que em 1948 o edifício da então Prefeitura Municipal, ficou fazendo parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Curitiba, de acordo com a Lei nº 81, de 10 de julho de 1948. E em 1971 já havia sido feito pela Prefeitura Municipal um decreto (Decreto nº 1160, de 05 de agosto de 1971) que considerava setor histórico de Curitiba a área edificada, compreendida ao longo das seguintes artérias: praça João Cândido; avenida Jaime Reis; rua Dr. Keller; praça Garibaldi; rua Dr. Murici; rua do Rosário; rua Claudino dos Santos; largo Coronel Enéas; rua Mateus Leme; rua São Francisco; travessa Julio de Campos; praça J. Borges de Macedo; praça Generoso Marques; e rua Riachuelo.

Em 1979, através do Decreto nº 1547, de 14 de dezembro, foi criado o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, constituído por edificações que, de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da cidade. Esse Decreto foi seguido por um de 1981 (Decreto nº 161, de 08 de maio) que dispunha sobre isenção de imposto imobiliário relativo a imóveis de valor histórico e cultural, e por um de 1982 (Decreto nº 414, de 29 de outubro) que classificava as Unidades de Interesse de

Preservação. No entanto, em 25 de junho de 1984, através do Decreto nº 196, os três Decretos (nº 1547 de 1979, nº 161 de 1981 e nº 414 de 1982) referidos ficaram sem efeito.

A questão do patrimônio passou a ter uma relativa importância dentro da política de desenvolvimento urbano da cidade. Foi realizado o levantamento em busca das unidades significativas (UIP-Unidade de Interesse de Preservação). Na parte relativa à legislação, várias medidas foram tomadas, algumas depois revogadas, mas no geral, a cidade de Curitiba conta com um instrumento de proteção e preservação do patrimônio edificado, diríamos que, “perfeito”, como Raquel Rolnik refere-se ao caso de São Paulo.

Mas mesmo com esse instrumento “perfeito”, a questão da preservação é sempre incômoda, às vezes contraditória e arbitrária. Juntamente com as diversas forças de que compõe a cidade, a improvisação e manipulação e o uso político nas práticas de preservação acabaram legando à cidade uma vista fragmentada, onde muitas vezes não é possível perceber a conexão da evolução histórica. Como exemplo disso podemos apenas citar alguns casos, onde o jogo de forças e a manipulação política tiveram grande participação: o caso do Shopping Mueller; o caso do Memorial da Cidade; e, o caso do Estação Plaza Show. Esses três exemplos, escolhidos a dedo, ilustram perfeitamente o que foi acima exposto, mas, como não é esse o nosso principal foco de discussão, deixaremos aqui apenas a citação.

Como o propósito do texto é o debate sobre os aspectos de preservação histórico-culturais em Curitiba, citaremos Tolstoi: “se queres ser universal, canta tua aldeia”. Então, que cantemos **Curitchiba**.

Faz-se necessário que se diga sobre essa **Curitchiba**, a da história inventada, que veio a assumir um caráter oficial dentro das mídias e dentro dos postos de governo. História resultante de um processo, que há mais ou menos trinta anos domina a cena curitibana. Essa história que, desvinculada da tradição e da memória, nada mais é que alienação e confinamento. Enquanto monumentos foram sendo construídos em homenagem aos imigrantes europeus, os curitibanos passaram a ser gradativamente segregados. Segregação apoiada pela Prefeitura em nome de uma leva “moderna” de imigrantes, agora iludidos pelo paraíso oferecido pelas estratégias de marketing político.

O breve parêntese serve para demonstrar como as infinitas forças que compõe a cidade interferem, e de maneira degenerativa na preservação do patrimônio. A tentativa de se resgatar a história atuando efetivamente na preservação do patrimônio edificado entra em contraposição aos grandes empresários. Mas não serão os políticos os próprios empresários?

O que fizeram com a rua Barão do Rio Branco? Nossos políticos tiveram a chance ideal de revitalizar aquela tão importante via da cidade quando permitiram que se construísse um complexo de entretenimento no

antigo pátio da também antiga Estação Ferroviária (tal complexo de entretenimento foi construído com capital externo). Com o falso objetivo de restaurar e preservar as instalações da estação que tanto contribuiu para o crescimento e progresso da cidade foi permitido a implantação daquele trambolho que hoje lá se encontra. O que aconteceu foi simplesmente o desligamento da Estação com a rua Barão, antiga da Liberdade. O projeto poderia ter privilegiado uma conexão com a rua e com a praça Eufrásio Correia (que há muito tempo já está à toa), uma das mais belas de Curitiba e que recebeu de braços abertos todos aqueles que chegavam na pacata Curitiba. O resultado foi a segregação ainda maior daquele sítio histórico, proliferando assim a marginalidade e permanecendo em ruínas belos exemplares da arquitetura da cidade. Os que ainda não estão em ruínas, na sua maioria, servem de instalações para alegóricas casas de 1,99.

Um outro caso relevante, foi o da instalação da automotiva francesa Renault, em São José dos Pinhais. O que mais chama a atenção nesse caso foi a imbatível propaganda estatal que, além dos incentivos fiscais, oferecia como chamariz para o empreendimento a cidade de Curitiba, aclamada como uma das de melhor qualidade de vida no mundo.

Há coisas boas, no entanto. E que acontecem sem grandes alardes e continuam a grande distância da fruição da “massa”. Uma dessas coisas boas foi a transladação de uma curiosa casa de madeira. A casa que hoje serve de sede para o IPHAN, que foi construída por volta de 1920, pelo major Domingos Nascimento Sobrinho, para sede de sua chácara nos arrabaldes de Curitiba, o atual bairro do Portão.

A casa foi adquirida pela Fundação Nacional Pró-Memória, e é considerada um dos mais importantes exemplos da arquitetura paranaense executada em madeira, sendo circundada por uma varanda que, apresenta em seus ângulos, uma vedação em madeira que funciona como paravento. Em sua parte frontal, tinha uma tela de 2 (dois) metros por 2 (dois) metros, retratando uma paisagem bucólica, tipicamente européia. A casa ainda apresentava todos os seu cômodos internos ornados por uma barra decorativa de motivos florais variados.

A casa estava situada no bairro do Portão, em uma via que adquiriu grande importância e onde o gabarito da lei de zoneamento permite a construção em altura. Esses dois fatores, o da importância da via em que se encontrava e o da possibilidade de se construir grandes edifícios foram decisivos para que optassem pela transladação do imóvel, a fim de salvaguardar tal bem.

O arquiteto José Lapastina Filho, responsável pela transladação, afirmou na época, final de 1984, quando a casa foi definitivamente trasladada de seu sítio original, que, embora o transporte de casas de madeira seja comum,

pela primeira vez esse transporte seria feito com as características de uma restauração fidedigna e criteriosa.

A casa foi instalada num terreno cedido pela Prefeitura, na rua José de Alencar, 1808, no bairro do Juvevê, tendo sido as obras de transporte, restauro e conservação terminadas no ano de 1986.

Apesar de todas as determinações contidas na Carta de Veneza, que em seu artigo sétimo traz o seguinte: “O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional”. No caso dessa casa de madeira, as razões que justificaram o deslocamento foram simplesmente a preocupação de um profissional, o arquiteto La Pastina. Caso contrário, a casa teria sido colocada abaixo para dar vez a um espigão, e a casa como registro histórico estaria para sempre destruída.

Caso semelhante ocorreu recentemente em Curitiba, com a casa onde morou o artista e enxadrista Erbo Stenzel. A Casa Erbo Stenzel, datada de 1928, estava localizada na Travessa Gal. Francisco Lima e Silva, 65, no bairro de São Francisco, até 1997, quando a família demonstrou efetivo interesse em doar a casa, desde que o imóvel fosse restaurado. Foi através de João Nestor Stenzel, com a parceria do IPPUC, do IPHAN, da Secretaria do Estado da Cultura e da COPEL, que a transferência e restauro da casa foi efetuada. A casa foi trasladada para o Parque São Lourenço, que segundo os responsáveis pela execução do projeto, tinha uma semelhança muito grande com o antigo lote da edificação. Hoje a casa abriga um espaço cultural, com exposição permanente sobre a vida e obra de Erbo Stenzel, e espaço para exposições temporárias.

Essa foi uma excelente oportunidade para se experimentar uma ação de preservação mais correta. A Prefeitura poderia ter desapropriado o lote original da casa e contribuído assim para uma política de preservação mais consciente, obedecendo mesmo às determinações da Carta de Veneza. Tanto para não descontextualizar o conjunto onde aquela casa se encontrava, quanto para, através da prática efetiva da preservação, despertar em outras pessoas a importância de uma consciência coletiva de conservação.

Não devemos nos iludir, as iniciativas bem sucedidas são raras. O comum é nos depararmos com verdadeiros abusos praticados contra a história e a memória da cidade. É o caso do Memorial da Cidade, localizado no Setor Histórico por excelência. A região estaria teoricamente protegida da ação descaracterizadora do progresso. Construíram um enorme monumento, considerado por alguns como expressão de um neoparanismo. O valor da obra em si não está sendo questionado, afinal trata-se também do vestígio cultural de uma época. Não desejaríamos ver ali um pastiche mas, designado como Setor

Histórico, a preservação da região, com o máximo de fidelidade, seria o mínimo a ser exigido.

Tem o caso da Casa Hoffmann, localizada no mesmo sítio histórico do referido monumento. A casa mais parece estar abandonada, apenas protegida por um grotesco tapume na sua fachada. A casa já foi desapropriada pela Prefeitura, mas aguarda agonizante por uma solução. Enquanto a solução não chega, a cada chuvinha mais forte cai um pedaço de suas paredes. O problema dessa casa é o retrato exato das atuais condições de trabalho dos profissionais em preservação: custos elevados das obras de restauro e manutenção, além das dificuldades em se obter recursos que, quando alcançados, esvaem-se diante da burocracia oficial.

O caso das ruas Riachuelo e São Francisco, duas artérias da cidade que em conjunto com a já referida rua Barão do Rio Branco estão carregadas de nostalgia no ar que lhes envolve. Entretanto, estão à mercê da marginalidade. Tudo bem que essa marginalidade pode ser entendida como o “outro”. Se fosse assim, o descaso seria ainda pior. Na confluência dessas ruas o território é de ninguém. Em menor proporção que a de São Paulo, a região é conhecida como cracolândia. E é na cracolândia que esses coitados viciados marginalizados dividem espaço com as prostitutas mais modestas da cidade. Rodeada por edificações centenárias consideradas como Unidades de Interesse de Preservação, nunca se viu um real interesse de resgatar também aquela população e inseri-la novamente na sociedade.

Durante o ano de 1999 rápidas notas nos jornais locais lembraram a existência da Casa Lolô Cornelsen, um exemplar super representativo na arquitetura funcional curitibana e que não existe mais. Ayrton Lolô Cornelsen é um engenheiro que tem na lista de suas obras além de várias residências, a sede do DER-PR, o Estádio Mineirão (este em Belo Horizonte) e o Complexo Turístico do Autódromo de Estoril. A Casa Lolô Cornelsen estava localizada na rua Presidente Taunay, bem defronte ao Colégio Sion, e desde 1965 pertencia ao empresário Paulo Pimentel. Pouco tempo depois de a casa ter despertado interesse na comunidade acadêmica que, mobilizada tentava preservar a casa, a mesma veio abaixo com o consentimento da Prefeitura. A mesma Prefeitura que construiu aquele monumento no Setor Histórico autorizou a demolição da casa atendendo a forças não tão ocultas (interesses financeiros falaram mais alto diante da impossibilidade de se aproveitar o potencial construtivo daquele lote). O próprio Lolô Cornelsen admite a existência de um cartel, o “cartel da prefeitura”. Esse cartel funcionaria facilitando interesses (financeiros na maioria das vezes) dos seus apadrinhados: “existe um código de obras, mas esse código só vale para quem não é amigo do cartel. Para quem é amigo do cartel ele não funciona. Ele funciona como eles querem”. É por essas e outras que Lolô diz que preferiria ter nascido em São José dos Pinhais a ter nascido

em Curitiba, pois *Curitiba é como um piano de borracha, você toca, toca, toca e não sai nada*.

Agora que você já chegou até aqui, não pretendemos que saia por aí defendendo inconseqüentemente as “casas velhas” de Curitiba. Nem tampouco queremos que, da forma como apresentamos a questão da preservação, fique sugerido que a nossa defesa da preservação seja a defesa do imobilismo. Não queremos, em hipótese alguma, defender o congelamento e cristalização do passado. As ações de preservação devem ser dinâmicas e maleáveis, sempre evitando o confinamento dos órgãos de preservação.

Por isso, achamos que o problema da preservação histórica é apenas um degrau na imensa escada que devemos galgar. Somos da opinião de que uma sociedade justa e igual só será viável se for possível a (re)inserção de todos os seres humanos nela. E, essa (re)inserção se realizará se respeitarmos todas as manifestações culturais e ideológicas. Deixar que parte excluída da população seja reintegrada é permitir que assumam suas próprias identidades, hoje tão perdidas diante das toneladas de lixo da indústria cultural. Isso se chama cidadania, que é a participação de todos em prol de um bem comum.

A preservação é um dos degraus para se alcançar uma cidadania plena. Mesmo assim, devemos centrar esforços maiores para impulsionar a educação patrimonial como carro-chefe dos problemas de preservação. Pois, como exigiremos a preservação, se nem se sabe o que se deve ser preservado?

Faz-se necessário um bem estruturado programa de educação patrimonial, bem como uma melhor interatividade entre os profissionais da área para que as políticas de preservação deixem de ser elitistas e de uma forma mais humana respeitem outras manifestações culturais.

Por fim, temos que buscar a maleabilidade nas políticas de ação de preservação, essas ações devem ser dinâmicas dentro do conjunto, dentro da dimensão geral dos problemas urbanos de uma cidade. Resta para isso a busca do equilíbrio dentro desse imenso campo de forças. Nisso tudo, a participação dos historiadores é fundamental.